



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

CARTA ABERTA AO GOVERNO E AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO (MECI)

Pelo futuro do Ensino Artístico Especializado e pela valorização dos seus professores

Ex.^{mo} Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação,

A FENPROF vem, por este meio, manifestar o seu profundo desagrado perante a total ausência de resposta, por parte desse Ministério, ao ofício enviado em dezembro passado sobre as **questões do Ensino Artístico Especializado privado (EAE)**.

A FENPROF reitera a urgência de uma reunião com V. Ex.^a com a maior brevidade, no sentido de expor as suas preocupações acerca do financiamento em sede de contrato de patrocínio aplicado aos estabelecimentos de EAE e de ter, da parte do MECI, respostas cabais e compromissos sérios para a resolução dos problemas que incompreensivelmente se arrastam.

O atual modelo de financiamento público não se adequa à realidade das escolas que asseguram esta oferta de ensino, sobretudo no que se refere à necessária **valorização das carreiras dos professores** que aí prestam funções.

Este **modelo é injusto, insuficiente e cego**. Ao definir um valor único pré-estabelecido por aluno — **que sofreu um corte substancial em 2015 e nunca foi atualizado** —, o Estado ignora a massa salarial real e a diversidade estrutural entre as escolas, tendo, com esta medida, de forma indireta, mas com efetiva responsabilidade, provocado **o aumento do horário letivo dos professores do EAE**.

Deste contexto, decorrem igualmente situações de **concorrência desleal**, com tendência a preferir docentes mais experientes a favor da contratação de jovens, frequentemente através de prestação de serviços, de forma ilegal, por ser esta uma forma – que não se pode aceitar – de acomodar os problemas de financiamento que o MECI tem vindo a ignorar. Esta prática, quando comparada com a realidade de outras escolas que mantêm corpos docentes mais antigos e estáveis, introduz uma **distorção no setor**. Por outro lado, o recurso a **despedimentos ilícitos de professores com mais antiguidade**, para além de injusto, constitui igualmente um fator de instabilidade, com impacto direto na continuidade pedagógica e, inevitavelmente, na qualidade do ensino que ali se pratica.

Importa recordar que, nos modelos de financiamento anteriores a 2015, quer através do apuramento de despesas apresentadas, quer com a definição de três escalões de financiamento diferenciado, promovia-se **mais justiça e equidade na atribuição de verbas** em sede de contrato de patrocínio, considerando a realidade salarial de cada escola.

Salienta-se que o EAE é maioritariamente garantido por cerca de **140 escolas da rede do Ensino Particular e Cooperativo**, devido à escassa oferta pública no país, que conta apenas com pouco mais de uma dezena de conservatórios públicos. Os professores do EAE desenvolvem uma **atividade de manifesto interesse público** e são pagos por fundos estatais, sendo, por isso, necessário garantir o eficaz financiamento deste setor, sob pena de se comprometer a manutenção de uma oferta ímpar e essencial.

Face ao exposto, a FENPROF exige:

- **Atualização dos valores de financiamento** em sede de contrato de patrocínio;
- **Revisão urgente do modelo de financiamento**, recuperando critérios de justiça e equidade que considerem a massa salarial real de cada instituição;
- **Fiscalização rigorosa da gestão das verbas públicas**, garantindo o cumprimento de direitos laborais condignos, tendo como referência as normas do ensino público.

Aguardamos o agendamento urgente da reunião solicitada, cientes de que a vossa resposta será um indicador do valor que este governo atribui à cultura e à educação artística em Portugal.

Lisboa, 10 de julho de 2026

O Secretariado Nacional da FENPROF